

Bases teóricas para a análise do consumo em Economia

Daiane Kachuba¹
Mariângela Alice Pieruccini²

RESUMO

Este artigo analisa as principais estruturas teóricas do consumo propostas pela ciência econômica. O principal foco é o de traçar um comparativo dos principais modelos de análises, não sendo, portanto, objeto de estudo qualquer avaliação empírica e teste estatístico. Com a exacerbação do consumo de massa, torna-se mais difícil separar as dimensões do que seja consumo básico daquele relativo ao *status* social de cada indivíduo. A decisão de consumir é tomada tanto para suprir as necessidades quanto para manter certa posição perante a sociedade. A estrutura teórico-metodológica está amparada na definição de consumo e na revisão bibliográfica acerca do tema, especificamente no que tange ao comportamento do consumidor. Como observações, ressaltam-se as condições inerentes à racionalidade nas escolhas de consumo, as quais são elaboradas pelos agentes econômicos.

Palavras-chave: consumo; comportamento do consumidor; teoria econômica.

1 INTRODUÇÃO

Com a crescente oferta de bens e serviços, é possível afirmar que são estabelecidas novas e constantes alterações nos padrões de consumo. Nas mudanças expressivas que envolvem o consumo, Featherstone (1995) explica que o estilo de vida e as preferências de consumo identificam o julgamento de gosto e possibilitam que o indivíduo se comunique com a sociedade. As preferências do consumidor, expressas como importante fundamento da teoria microeconômica, possuem distintas interpretações. O mercado procura identificar o comportamento do consumidor de modo a maximizar o lucro.

O capitalismo estimula o aumento da competição entre os agentes, enquanto as empresas buscam a ampliação do mercado com o lançamento de novos produtos. A competição entre os indivíduos se dá por ascensão econômica e maior projeção social. Nessa condição, muitos acabam por acreditar que a plena satisfação de suas necessidades está no consumo, o que responde aos anseios capitalistas (FRANÇA, 2012). Diante disso, o esforço

¹ Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Endereço: BR-277 Km 575, Cascavel-PR, CEP 85823-990. E-mail: daianekachuba@hotmail.com

² Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Federal de Santa Catarina, professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, membro do Grupo de Pesquisa em Agronegócio e Desenvolvimento Regional - GEPEC. E-mail: mpieruccini27@hotmail.com

de interpretação das questões que envolvem o consumo na sociedade capitalista é aqui um dos principais objetos de estudo.

Para tanto, o artigo está dividido em quatro seções, incluindo esta breve introdução. A segunda seção apresenta o conceito de consumo. A terceira seção contempla as questões relativas ao consumo na teoria econômica. Assim sendo, busca-se fazer uma revisão da literatura sobre o consumo, considerando os estudos desenvolvidos pelos economistas clássicos e neoclássicos, além das visões estabelecidas por Keynes, Fischer, Kalecki e Modigliani. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 CONSUMO: DEFINIÇÕES E CONCEITO

A ideia de consumo está diretamente ligada à satisfação das necessidades humanas. O homem é, por essência, um ser consumidor, na medida em que se vale dos recursos disponíveis para ampliar sua condição de sobrevivência. Tal característica acompanha a formação das diferentes sociedades ao longo dos séculos e se modifica em virtude de novas estruturas técnicas e da ampliação das mesmas necessidades em seus contextos históricos.

Na sociedade contemporânea, no que tange ao conceito de consumo, pode-se dizer que o mesmo é um processo social que diz respeito às formas de provisão e acesso aos bens e serviços; é um mecanismo produtor de sentido e de identidades, além de definir estilo de vida (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

Além disso, o consumo media as relações de comunicação dos indivíduos com a sociedade, conferindo *status* e aprovação social, além de demonstrar valores e posição social (FRANÇA, 2012). Complementando essa ideia, é possível afirmar que tal condição se configura no que Marx denominava como “fetiche da mercadoria”.

O consumo abundante, [...] dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama. [...] possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana. [...] Se o consumo é a medida de uma vida bem-sucedida, da felicidade e mesmo da decência humana, então foi retirada a tampa dos desejos humanos: nenhuma quantidade de aquisições e sensações emocionantes tem qualquer probabilidade de trazer satisfação da maneira como o “manter-se ao nível dos padrões” outrora prometeu: não há padrões a cujo nível se manter – a linha de chegada avança junto com o corredor, e as metas permanecem continuamente distantes, enquanto se tenta alcançá-las (BAUMAN, 1998, p. 55 e 56).

No entanto, é importante salientar que os componentes comportamentais próprios às estruturas de consumo expressam a configuração do sistema capitalista, que, ampliando

exponencialmente a produção e o consumo, pode encobrir questões individuais que se traduzem em não escolhas. Isso significa que o indivíduo toma decisões econômicas não só para atender às suas necessidades, mas também para ampliar o consumo diante da classe social em que se encontra e da renda que possui. Assim, ainda que ocorram ganhos e as necessidades sejam satisfeitas, tal comportamento não pode ser generalizado para a maioria da população.

O esforço de leitura acerca das questões que envolvem o consumo na ciência econômica ocupou um grande espaço, ainda não esgotado. Tal esforço constitui-se o principal foco de análise. Na sequência, a discussão sobre consumo contempla as principais visões teóricas apresentadas, observando a condição do comportamento do consumidor.

3 VISÕES TEÓRICAS: REVISÃO DA LITERATURA

Ainda que as novas abordagens sobre consumo considerem as interfaces da economia com outros ramos das ciências, como a psicologia e a biologia, a revisão dos conceitos básicos continua válida, na medida em que as interpretações podem ser conhecidas e analisadas como situações econômicas presentes no contexto contemporâneo.

As primeiras incursões referentes ao consumo que tratam das questões relacionadas ao comportamento humano foram estudadas por Smith (1983), Marshall (1982), Pareto (1984), Veblen (1983), Keynes (1983), Fisher (1984), Kalecki (1977) e Modigliani (2010). É válido ressaltar, contudo, que embora os momentos históricos sejam diferentes quanto à condição de acesso aos bens, bem como às tecnologias, havia uma preocupação com as questões inerentes ao comportamento econômico, principalmente no contexto do consumo. As estruturas sociais eram distintas daquelas verificadas na estrutura de consumo de massa, mas ainda assim obtinham atenção nas abordagens teóricas.

3.1 A visão de Smith sobre o consumo

Smith (1983) aborda a questão do consumo, em meados de 1776, considerando os elementos que compõem a oferta e a demanda, buscando o equilíbrio de mercado. Afirmava-se que o preço de uma mercadoria era regulado pela proporção entre a quantidade ofertada no mercado e a demanda dos indivíduos, os quais estavam dispostos a pagar o preço da mercadoria, dado pela soma do valor da renda da terra, do trabalho e do lucro, condição de intercambiar no mercado.

A recompensa do trabalho era dada pelo salário. Por isso, o homem vivia de seu trabalho e o seu salário seria o suficiente para a manutenção de sua família. Assim, a demanda de assalariados crescia somente quando havia aumento da renda e do capital de um país, ou seja, aumento da riqueza nacional (SMITH, 1983).

Smith (1983) afirmava que, no decorrer do século XVIII, a quantidade de bens necessários e confortos materiais que o salário podia assegurar aos trabalhadores aumentou em uma proporção maior do que o preço dos salários em dinheiro. Diversos alimentos e vestimentas se tornaram mais baratos e, portanto, acessíveis à classe trabalhadora, devido aos aperfeiçoamentos introduzidos no processo de produção, o que também naquele período foi considerado uma vantagem, já que nenhuma sociedade poderia crescer com a maioria de sua população pobre e miserável.

Em *A Riqueza das Nações*, Smith discorreu sobre a possibilidade de um processo econômico, envolvendo o mecanismo de mercado, gerar surtos de fome coletiva sem que decorressem de uma escassez provocada por um declínio na produção de alimentos, mas sim por causa do desemprego e dos baixos salários reais (SEN, 1999).

Sen (1999) observa que, com o desenvolvimento da economia moderna, a interpretação da complexa postura de Smith à respeito da motivação e dos mercados e o descaso pela análise dos sentimentos e do comportamento, refletem o distanciamento entre a economia e a ética. Smith deixou, de fato, contribuições ao analisar a natureza das trocas mutuamente vantajosas e o valor da divisão do trabalho. Porém, outras partes dos seus escritos sobre economia e sociedade, que contêm observações sobre a miséria e sobre o papel das considerações éticas no comportamento humano, foram relegadas ao esquecimento à medida que essas considerações caíram em desuso na economia.

Sen (1999) conclui que o estreitamento da visão de Smith sobre os seres humanos, na economia moderna, pode ser apontado como uma das principais deficiências da teoria econômica contemporânea, o qual se relaciona com o distanciamento entre economia e ética e reflete na diminuição do alcance e relevância da economia do bem estar.

3.2 Comportamento humano e consumo na visão de Marshall e Pareto

Dentre os neoclássicos que discorrem sobre o consumo, Marshall (1982), que iniciou sua obra em 1881, afirmava que o consumo poderia ser considerado como produção negativa, porque a demanda de coisas materiais seria uma desagregação da matéria, que diminuía ou

destruiria as utilidades, da mesma forma que a produção das mesmas fosse um novo arranjo da matéria para o qual se emprestaria outras utilidades.

Em contrapartida, o consumo produtivo era definido como o uso da riqueza na produção de riqueza nova. Entretanto, o consumo seria o fim da produção e o consumo sadio seria produtor de benefícios, os quais nem sempre contribuem para a produção de riqueza material.

A partir disso, distinguem-se artigos de primeira necessidade de artigos de conforto e de luxo; incluem-se no primeiro todas as coisas exigidas para atender as necessidades que precisam ser satisfeitas para a manutenção da própria existência, enquanto no segundo estão inclusas as coisas que atendem as necessidades de caráter menos urgente e que não precisam ser atendidas de imediato.

As necessidades e os desejos humanos são limitados e suscetíveis de serem satisfeitos, e à medida que o homem progride, aumentam e se diversificam juntamente com os novos métodos para satisfazê-las; passando a desejar maior quantidade das coisas que está habituado a consumir, bem como almeja que sejam de melhor qualidade e de maior variedade, o que leva ao desejo de distinção (MARSHALL, 1982).

Embora as necessidades do homem provoquem o desenvolvimento de sua atividade, com o passar do tempo, o progresso se dá devido a novas atividades, que promovem novas necessidades (MARSHALL, 1982).

Necessidade ou desejo são correlatos de utilidade. Os desejos só podem ser medidos indiretamente pelos fenômenos externos, tal medida se encontra no preço que uma pessoa está disposta a pagar pela satisfação do seu desejo. Há uma variedade infinita de necessidades, mas há um limite para cada necessidade, que pode ser expressa pela utilidade decrescente, ou seja, o benefício adicional extraído de um aumento da disponibilidade de uma coisa diminui a cada aumento da quantidade que já possui dessa coisa (MARSHALL, 1982).

Outra visão importante no que tange ao consumo na economia neoclássica refere-se à Pareto (1984), o qual escreveu no final do século XIX e início do século XX. O objetivo principal de sua análise era o equilíbrio econômico, o qual resulta da oposição existente entre os gostos dos homens e os obstáculos para satisfazê-los. Tal estudo compreendia três partes distintas: os gostos, os obstáculos e a maneira como esses dois elementos se combinam para chegar ao equilíbrio.

Portanto, o problema econômico existia porque os gostos encontram obstáculos e quanto mais meios para satisfazer os gostos existirem, mais difícil resolvê-los, o que cria a

necessidade de pesquisar como e por que certos meios podem ser preferidos pelos indivíduos. Se tivesse que escolher entre um pequeno número de coisas, o problema seria qualitativo e a solução seria mais fácil.

Desse modo, o equilíbrio econômico podia ser definido como o estado que se manteria se não houvesse mudança nas condições em que foi observado, ou seja, é o ponto em que o homem decide a combinação desejada dentre uma série de combinações de diferentes bens. Seguindo o exemplo de Pareto (1984), se um indivíduo compra um quilo de pão todos os dias e um dia ele for obrigado a comprar 900 gramas, se estiver livre para escolher no dia seguinte, voltará a comprar um quilo de pão, o que é chamado estado de equilíbrio. Porém, existem obstáculos que impedem que o indivíduo satisfaça todos os seus desejos. Ou seja, o equilíbrio ocorre quando é necessário ajustar o gosto do indivíduo porque há um obstáculo para realizar seu desejo.

Assim, o problema do equilíbrio era composto, além dos gostos e obstáculos, pelas condições que determinam o estado dos indivíduos e das transformações dos bens. Isso é determinado no momento em que são produzidos os movimentos permitidos pelos obstáculos, os quais são impedidos pelos gostos, ou o inverso (PARETO, 1984).

Para o indivíduo, o prazer é proporcionado através da “ofelividade”, ou seja, da utilidade, de certa quantidade de uma coisa, acrescentada a outra quantidade dessa coisa já possuída. Isso acontece quando a utilidade da mercadoria depende somente da quantidade dessa mercadoria e não da quantidade de outras mercadorias consumidas (PARETO, 1984).

É possível perceber que Pareto (1984) discutiu as diversas possibilidades de um indivíduo obter prazer através do consumo e a complexidade do problema para se chegar ao equilíbrio econômico, já que era difícil considerar todos os obstáculos que interferiam nas escolhas do agente consumidor.

3.3 Comportamento humano e consumo na análise de Veblen

O sistema de propriedade de bens, segundo Veblen (1983), que escreveu seu tratado em 1899, instalava-se gradualmente e, nos últimos estágios de desenvolvimento, a sua utilidade era o elemento mais evidente do valor das coisas como prova honorífica da prepotência do dono.

O processo econômico, desde sua origem, se caracterizou como uma luta entre os homens pela posse de bens. Na teoria econômica, era frequente falar-se numa luta pela

riqueza, como sendo competição pelo aumento dos confortos da vida, principalmente os confortos físicos que o consumo de bens proporciona.

O objetivo da aquisição e da acumulação de bens, normalmente, era o seu próprio consumo. Este era o objetivo economicamente legítimo da aquisição, podendo conceber esse consumo como um atendimento das necessidades físicas do consumidor, como também de suas necessidades mais elevadas, intelectuais, espirituais.

Porém, o incentivo que levava invariavelmente à acumulação e o motivo básico da propriedade, era a emulação, que se caracteriza pela competição e que continua ativa no desenvolvimento tanto da própria instituição como nos traços da estrutura social ligada a propriedade.

A necessidade de subsistência e de aumento de conforto físico pode constituir o motivo dominante de aquisição de bens durante algum tempo, para as classes empregadas no trabalho manual. Para as classes que se ocupam com a acumulação de riqueza, o incentivo a subsistência ou conforto físico não atua de modo considerável. O que incentiva acumular bens é a distinção ligada à riqueza.

A fase inicial da propriedade, que se constitui pela aquisição por simples apreensão e apropriação, passa para a fase de uma organização industrial incipiente, a qual se desenvolve numa comunidade mais ou menos autossuficiente em que a posse de bens assume valor, como prova de prepotência do possuidor sobre os outros indivíduos da comunidade. A propriedade ainda se caracteriza como triunfo; mas, com o avanço cultural, se torna a prova de sucesso numa competição. Com o crescimento da indústria normal, a posse da riqueza se torna relativamente mais importante e mais eficaz como a base de estima e reputação.

A riqueza, valiosa como prova de eficiência, se torna um mérito por si mesmo e confere honra ao seu possuidor, no entendimento popular. Para a comunidade, os homens de prestígio precisam atingir um padrão convencional de riqueza, mesmo que esse padrão seja indefinido de certo modo. Os membros que não atingirem tal padrão sofrem na própria estima e na dos companheiros, já que a base da própria estima é o respeito dos outros. Assim, além de a propriedade ser a base da estima da comunidade, torna-se também um requisito da autossatisfação que se chama respeito próprio.

Pela sua própria natureza, o desejo de riquezas nunca se extingue em indivíduo algum, e evidentemente está fora de questão uma saciedade do desejo geral ou médio de riqueza. Nenhum aumento geral de riqueza na comunidade, por mais geral, igual e 'justa' que seja a sua distribuição, levará mesmo de longe ao estancamento das necessidades individuais, porque o fundamento de tais necessidades é o desejo de cada um de sobrepujar todos os outros na acumulação de bens. Aditem alguns que o

incentivo à acumulação está na necessidade de subsistência ou de conforto físico; se esse fosse o caso, poder-se-ia conceber que as necessidades econômicas conjuntas da comunidade se satisfizessem num ponto qualquer de progresso na eficiência industrial. A luta é, contudo, essencialmente uma luta por honorabilidade fundada numa odiosa comparação de prestígio entre os indivíduos; assim sendo, é impossível uma realização definitiva (VEBLEN, 1983, p. 19).

Entre os motivos que levam os homens a acumular riqueza, se sobressai o motivo da emulação pecuniária, ou seja, da rivalidade, competição e concorrência. O desejo de maior conforto e segurança está presente como motivo de ação individual em cada estágio do processo de acumulação, embora o padrão de suficiência seja grandemente influenciado pelo já citado hábito da emulação pecuniária, a qual molda os métodos, em grande parte, e seleciona os modos que o indivíduo quer na busca de conforto e vida decente. Além disso, o poder que a riqueza dá, constitui motivo para a acumulação. O sucesso relativo se torna o fim convencional da ação humana, medido pela comparação pecuniária com outros.

A exigência mais forte da emulação pecuniária é o requisito de abstenção de qualquer trabalho produtivo. Na cultura predatória, o trabalho é associado à fraqueza e à sujeição a um senhor, além de ser considerado marca de inferioridade e indigno do homem em sua plena capacidade. O homem normal se apoia no fato de viver em ambiente decente sem necessidade de trabalhos servis.

Para obter e conservar a consideração alheia, além do homem ter poder ou riqueza, é necessário que ele prove para todos para ter tal consideração e, também, para ter satisfação própria. Ainda persiste a distinção entre o que é vil e o que é honorífico no modo de viver do homem. Muitos reconhecem que é preciso ter certo ócio e estar livre do contato com processos ligados às necessidades diárias da vida humana. Aos olhos de todos os homens civilizados, a vida ociosa é linda e nobre.

O trabalho sempre foi aceito como um sinal convencional de força inferior, por isso o ócio é considerado um meio para obter o respeito dos outros e um resultado do processo mental de substituição. Uma vida ociosa é um modo simples de demonstrar força pecuniária e, por consequência, força superior.

A instituição da classe ociosa foi uma das primeiras consequências da propriedade. Durante a acumulação de riqueza, a propriedade era a base da respeitabilidade e a desnecessidade de trabalhar era a prova de riqueza, marcando a posição social. A utilidade do consumo como prova de riqueza foi um desenvolvimento derivado.

Assim, o consumo que excede o mínimo necessário à subsistência normalmente pertence à classe ociosa nos primeiros estágios de desenvolvimento econômico. Com a

propriedade particular e o trabalho assalariado ou a economia doméstica no sistema industrial essa restrição tende a desaparecer, especializando o consumo bem como à qualidade dos bens.

Já o consumo de bens valiosos é um instrumento de respeitabilidade para o homem ocioso e, à medida que acumula riqueza, surge um sistema de status e posições. Em qualquer comunidade industrial, a boa reputação repousa sobre a força pecuniária, que é demonstrada pelo ócio conspícuo e pelo consumo conspícuo de bens.

A razão dos gastos além do necessário ao conforto físico, para a maioria das pessoas, é o desejo de manter um padrão convencional de decência quanto ao grau e quantidade dos bens consumidos. O padrão de vida é um hábito, determinado pelos gastos admitidos pela classe que o indivíduo pertence.

3.4 A abordagem keynesiana sob a ótica do consumo

Keynes fez da função do consumo, para sua Teoria Geral publicada em 1936, uma peça fundamental sobre as oscilações econômicas que, desde então, passou a desempenhar papel fundamental na análise macroeconômica (MANKIWI, 2010). A função de consumo keynesiana é escrita da seguinte forma:

$$C = \mathbb{C} + cY, \quad \mathbb{C} > 0, \quad 0 < c < 1, \quad (1)$$

Em que C corresponde ao consumo, Y corresponde à renda disponível, \mathbb{C} é uma constante e c é a propensão marginal a consumir. Essa função de consumo é mostrada sob a forma de uma reta, onde \mathbb{C} determina a interseção no eixo vertical e c determina a inclinação, conforme Figura 1, a seguir:

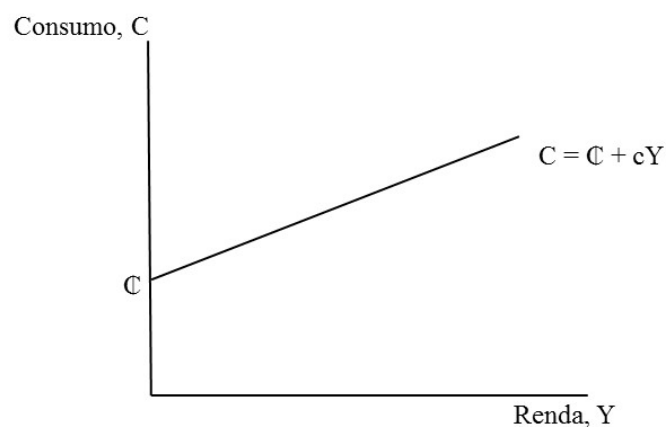


Figura 1 - Função de consumo keynesiana
Fonte: Mankiw (2010)

Para Keynes (1983) o gasto com consumo depende do montante da renda do indivíduo, de circunstâncias objetivas que o acompanham e das necessidades subjetivas, propensões psicológicas e hábitos, além dos princípios de distribuição de renda, que podem ser mudados à medida que aumenta a produção.

A propensão a consumir é influenciada por uma variação na unidade de salário, ou seja, se houver alteração na renda o gasto em consumo correspondente a certo nível de emprego mudará, bem como os preços. Além disso, uma modificação na renda e na renda líquida também influencia o consumo (KEYNES, 1983).

As pessoas estão dispostas a aumentar o consumo conforme o crescimento de sua renda em média, porém não na mesma quantia, ou seja, de acordo com a lei psicológica fundamental, a propensão marginal a consumir situa-se entre zero e um, o que significa que quando um indivíduo ganha uma unidade de moeda corrente adicional, ele geralmente gasta uma parte e poupa a outra (MANKIWI, 2010).

Assim, o padrão de vida baseia-se na satisfação que se pode extrair da renda, sendo que a diferença entre a renda efetiva e as despesas correspondentes ao padrão de vida será a poupança (KEYNES, 1983).

Se o emprego e a renda agregada aumentam, nem todo emprego adicional será utilizado para satisfazer as necessidades de consumo adicional. Por outro lado, quando o emprego cai para um nível inferior, o consumo agregado não diminui na mesma proporção da renda real, porque o indivíduo utilizará suas reservas financeiras acumuladas e porque o governo poderá fornecer auxílio (KEYNES, 1983).

Portanto, para Keynes (1983) o consumo é o principal objetivo da atividade econômica porque as oportunidades de emprego estão limitadas pela extensão da demanda agregada, e a procura agregada é derivada do consumo presente e da poupança para o consumo futuro.

3.5 Irving Fisher e o consumo

Para Irving Fisher, que escreveu no início do século XX, muitos indivíduos prefeririam aumentar a quantidade ou a qualidade dos bens e serviços que consomem. Isso não é possível porque o consumo é restringido pela renda, ou seja, os consumidores se deparam com um limite em relação ao montante que podem gastar, ou com uma restrição

orçamentária. A decisão de quanto consumir hoje e de quanto poupar para o futuro depende da restrição orçamentária intertemporal, que mede a quantidade de recursos disponíveis para o consumo ao longo de períodos distintos (MANKIWI, 2010).

Dessa condição desdobra-se a preferência temporal que é o excedente da precisão ou utilidade marginal presente de uma unidade a mais de bens presentes sobre a precisão marginal presente de uma unidade a mais de bens futuros. Assim, a taxa de preferência temporal por bens presentes sobre bens futuros da mesma espécie é derivada das desejabilidades marginais daqueles bens presentes e futuros (FISHER, 1984).

De acordo com Mankiw (2010), o consumidor toma decisão em dois períodos diferentes, o primeiro período representa a juventude e o segundo a terceira idade. O consumidor ganha a renda Y_1 e consome C_1 no primeiro período, e ganha a renda Y_2 e consome C_2 no segundo período. O consumo pode ser maior ou menor do que a renda correspondente ao período uma vez que o consumidor tem a oportunidade de poupar e de recorrer a empréstimos.

Considerando o modo como a renda do consumidor restringe o consumo, nos dois períodos; no primeiro período a poupança é igual à renda menos o consumo, como segue,

$$S = Y_1 - C_1 \quad (2)$$

Em que S corresponde à poupança. No segundo período, o consumo é igual à poupança acumulada, incluindo os juros recebidos, somados a renda do segundo período. Ou seja,

$$C_2 = (1 + r) S + Y_2 \quad (3)$$

Em que r corresponde à taxa de juros real. A variável S pode representar tanto poupança quanto empréstimo e essas equações se mostram verdadeiras em ambos os casos. No primeiro período, se o consumo é inferior à renda o consumidor está poupando, e se o consumo é maior do que a renda o consumidor está contraindo empréstimos.

Para derivar a restrição orçamentária do consumidor, é necessário substituir S na segunda equação, pela primeira equação, obtendo:

$$C_2 = (1 + r) (Y_1 - C_1) + Y_2 \quad (4)$$

Reorganizando os termos, obtêm-se:

$$C_1 + C_2 / (1 + r) = Y_1 + Y_2 / (1 + r) \quad (5)$$

Essa equação relaciona o consumo nos dois períodos com a renda nos dois períodos e é o modo tradicional de expressar a restrição orçamentária intertemporal do consumidor. Uma vez que o consumidor auferi juros sobre a renda corrente que é poupada, a renda futura passa a valer menos do que a renda corrente; assim como, o consumo futuro é pago com a poupança que rendeu juros e passa a custar menos do que o consumo corrente (Figura 2).

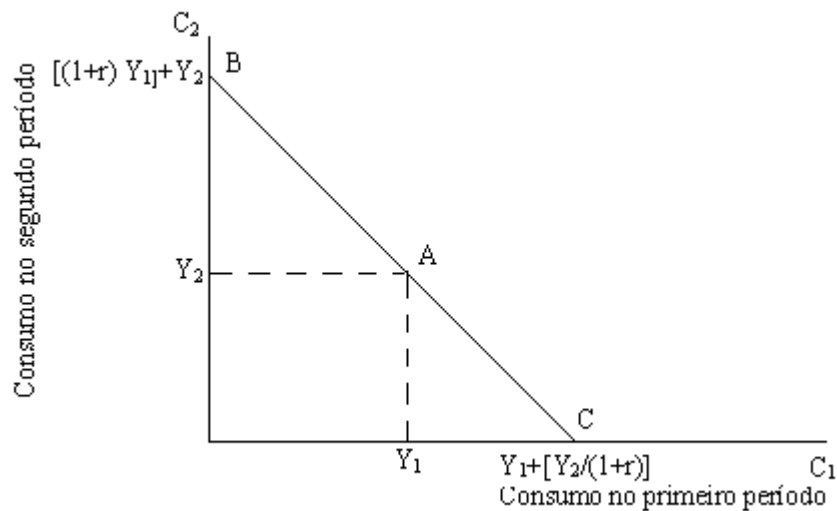


Figura 2 – Restrição orçamentária do consumidor
Fonte: Mankiw (2010)

A Figura 2 mostra as combinações entre consumo que o consumidor pode escolher no primeiro e no segundo período. Entre os pontos A e B, o consumidor consome menor parte de sua renda no primeiro período e poupa para o segundo período. Entre A e C, esse consumidor utiliza mais que sua renda no primeiro período e contrai empréstimos de modo a compensar a diferença.

Segundo Mankiw (2010), as preferências do consumidor com relação ao consumo nos dois períodos podem ser representadas por meio de curvas de indiferença, que mostram as combinações entre consumo no primeiro e no segundo período que deixam o consumidor satisfeito igualmente.

A inclinação em qualquer ponto da curva de indiferença indica a taxa em que o consumidor está disposto a substituir o consumo no primeiro período pelo consumo no segundo período. Tal inclinação é a Taxa Marginal de Substituição (TMS) entre o consumo no primeiro e no segundo período. O conjunto de curvas de indiferença oferece uma escala completa de prioridades para as preferências do consumidor, conforme a Figura 3, a seguir.

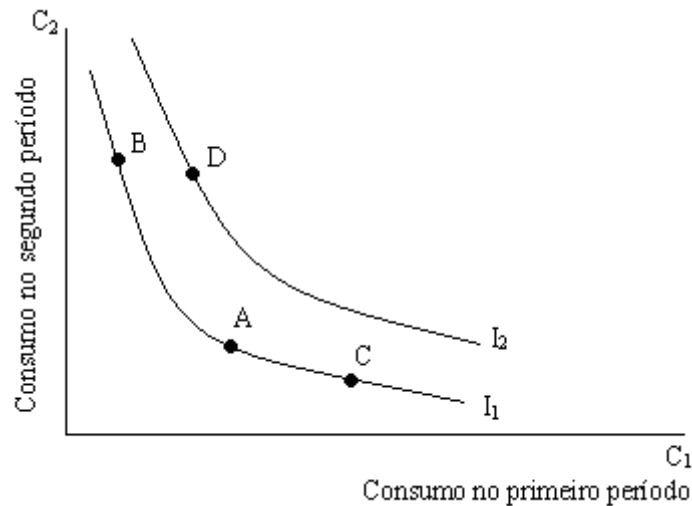


Figura 3 – Preferências do consumidor
Fonte: Mankiw (2010)

Considerando a decisão em relação a quanto consumir em cada um dos períodos de tempo, o consumidor gostaria de obter a melhor combinação possível, ou seja, a curva de indiferença mais alta possível. Porém, a restrição orçamentária requer que o consumidor fique abaixo ou na linha correspondente ao orçamento, já que a mesma mede o total de recursos disponíveis (Figura 4).

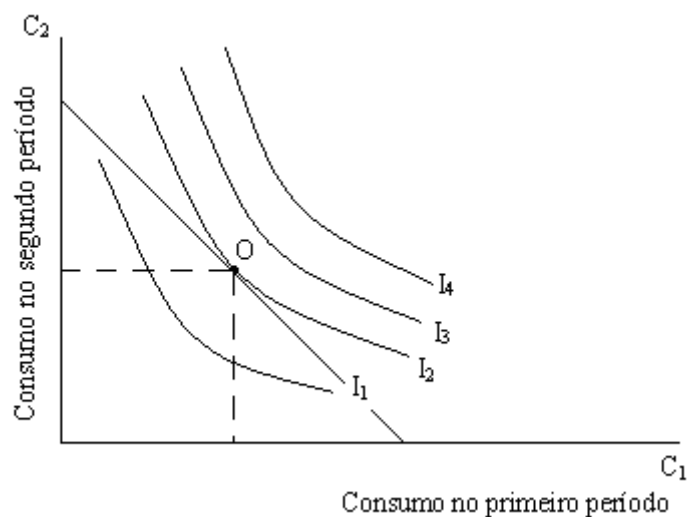


Figura 4 – Ponto ótimo para o consumidor
Fonte: Mankiw (2010)

A Figura 4 mostra que o ponto O, no qual a curva e a linha se tocam, corresponde à melhor combinação de consumo permitida pelo orçamento do consumidor, nos dois períodos.

A inclinação da curva de indiferença corresponde à TMS, e a inclinação da linha do orçamento corresponde a um mais a taxa de juros. No ponto O,

$$\text{TMS} = 1 + r \quad (6)$$

A partir disso, é possível analisar como o consumo responde as variações na renda. A restrição orçamentária mais alta permite escolher uma melhor combinação do consumo no primeiro e no segundo período. Independente de o aumento na renda ocorrer no primeiro ou no segundo período, o consumidor distribui essa renda ao longo dos dois períodos. Portanto, o modelo de Fisher postula que o consumo se baseia na renda que o consumidor espera ter ao longo de sua vida.

Outro fator que altera as escolhas do consumidor é a variação na taxa de juros real. Um aumento na taxa de juros sobre o consumo causa um efeito renda e um efeito substituição. O primeiro efeito faz com que o consumidor passe a desejar maior quantidade de consumo em ambos os períodos, enquanto o segundo efeito produz um desejo de consumo maior no segundo período. A condição de consumo de massa modifica e desequilibra essa relação intertemporal, na medida em que, inúmeras vezes, antecipam-se quantidade de consumo no presente, comprometendo as escolhas futuras.

Além disso, o modelo pressupõe que o consumidor pode recorrer a empréstimos, o que permite consumir uma parcela da renda futura, nesse caso o acesso ao crédito contribui para a antecipação de escolhas. Porém, pode haver incapacidade de obter empréstimos, o que impede que o consumo atual exceda a renda atual, ou seja, o consumo depende do valor presente da renda. A restrição à tomada de empréstimos pode ser expressa como:

$$C_1 \leq Y_1 \quad (7)$$

Assim, o consumo no primeiro período deve ser menor ou igual à renda no primeiro período, que é chamada de restrição à obtenção de empréstimos. Essa restrição diminui o conjunto de escolhas para o consumidor, de modo que, as mesmas devem satisfazer tanto a restrição orçamentária intertemporal como a restrição à obtenção de empréstimos.

Diante disso, é possível concluir que existem duas funções de consumo. Para os consumidores que não há restrição à obtenção de empréstimos, o consumo depende do valor presente da renda vitalícia, $Y_1 + [Y_2 / (1+r)]$. E para os consumidores em que há restrição aos empréstimos, a função consumo é $C_1 = Y_1$. Portanto, para os consumidores que não conseguem obter empréstimos, o consumo depende somente da renda atual.

3.6 Teoria da dinâmica econômica capitalista de Kalecki

De acordo com Kalecki (1977), que teve sua obra originalmente publicada em 1954, o mundo é dividido em trabalhadores e capitalistas. Os primeiros ganham salários apenas para sobreviver e, portanto, despendem em bens de consumo. Os capitalistas gastam em consumo ou inversão de lucros. Se os gastos dos capitalistas aumentarem, haverá maior demanda por bens de consumo e/ou de produção, o nível de atividade e de emprego subirá e no fim os lucros dos capitalistas também serão maiores, ou seja, qualquer modificação do investimento provoca uma nítida modificação da renda, sendo que uma elevação do investimento em $\Delta I_t - \omega$ provoca uma elevação dos lucros em

$$\Delta P_t = \frac{\Delta I_t - \omega}{1 - q}$$

Ademais, uma elevação dos lucros em ΔP provoca uma elevação da renda bruta ou produto em

$$\Delta Y_t = \frac{\Delta P_t}{1 - \alpha}$$

Sendo que q é o coeficiente que indica a parte de ΔP que será dedicada ao consumo; e α é o coeficiente que indica a parte de ΔY que vai para salários e ordenados. Tanto $1 - q$ como $1 - \alpha$ são < 1 , de modo que $\Delta Y_t > \Delta I_t - \omega$. O que quer dizer que a renda bruta ou produto aumenta mais que o investimento, devido ao efeito da elevação do investimento sobre o consumo dos capitalistas e sobre a renda dos trabalhadores. Supondo que o consumo dos trabalhadores seja igual à sua renda, isso quer dizer que a renda aumenta mais que o investimento, devido à influência do aumento do investimento sobre o consumo dos capitalistas e dos trabalhadores. Durante a depressão, a queda do investimento também motiva uma redução do consumo, de modo que a queda do nível de emprego é maior do que a que se origina diretamente da contração da atividade investidora.

Uma vez que a renda bruta ou produto é igual à soma do investimento e do consumo, as modificações relativas do consumo são menores que as da renda bruta. Se um componente (investimento) varia proporcionalmente mais do que a soma (renda bruta ou produto), o outro componente (consumo) tem que variar proporcionalmente menos do que a soma. Assim, o investimento varia proporcionalmente mais do que o consumo, ou, em outras palavras, ele cai

com relação ao consumo durante a fase de depressão e se eleva durante a fase de prosperidade.

Além dos trabalhadores e dos capitalistas, o Estado e o resto do mundo (exportações) integram a demanda efetiva, que também crescerá se o Estado gastar mais do que arrecada sob a forma de tributos (déficit orçamentário) e se o país conseguir exportar mais do que importa (excedente na balança comercial). No entanto a decisão crucial é dos capitalistas quanto a investir. Na medida em que o fazem, a produção e os lucros sobem até o ponto em que os lucros acumulados (poupança) são equivalentes ao valor da inversão. Para Kalecki, o mundo capitalista é regido por decisões dos capitalistas quanto à inversão, por decisões do Estado quanto ao equilíbrio orçamentário e pelo comércio internacional.

3.7 A hipótese do ciclo de vida – Franco Modigliani

Segundo Mankiw (2010), a base para a hipótese do ciclo de vida de Modigliani, escrita em meados de 1954, sobre o comportamento do consumidor é que a renda varia ao longo da vida das pessoas e que a poupança permite que os consumidores a transfiram dos momentos em que é alta para momentos em que é baixa.

Uma razão pela qual a renda varia durante a vida de uma pessoa é a aposentadoria, período em que a renda cai porque as pessoas param de trabalhar. No entanto, os indivíduos não desejam uma queda em seu padrão de vida, medido com base em seu consumo; para manter o patamar de consumo é preciso poupar durante os anos de vida economicamente ativa (MANKIW, 2010).

Considerando um consumidor que espera viver por mais T anos, possui uma riqueza correspondente a W , espera receber a renda Y até se aposentar, em R anos, seus recursos são compostos pela riqueza inicial, W , e pelos rendimentos auferidos ao longo da vida, correspondentes a $R \times Y$. O consumidor pode dividir os recursos de toda a sua vida entre os T anos de vida restantes. Partindo do pressuposto que deseja alcançar a trajetória de consumo mais estável possível, divide-se o total de $W + RY$ por entre os T anos equitativamente, consumindo a cada ano,

$$C = (W + RY)/T \quad (8)$$

Que pode ser escrita como:

$$C = (1/T)W + (R/T)Y \quad (9)$$

Essa equação afirma que o consumo depende tanto da renda como da riqueza. Se cada indivíduo planejar o consumo dessa maneira, a função para consumo agregado é praticamente igual à função consumo individual, dependendo tanto da riqueza quanto da renda. A função consumo da economia é:

$$C = \alpha W + \beta Y \quad (10)$$

Em que α corresponde à propensão marginal a consumir a riqueza e β corresponde à propensão marginal a consumir a renda. O gráfico a seguir mostra a relação entre consumo e renda, prevista pelo modelo do ciclo de vida, que afirma que o consumo depende tanto da riqueza quanto da renda, o intercepto corresponde a αW e depende do nível de riqueza (Figura 5).

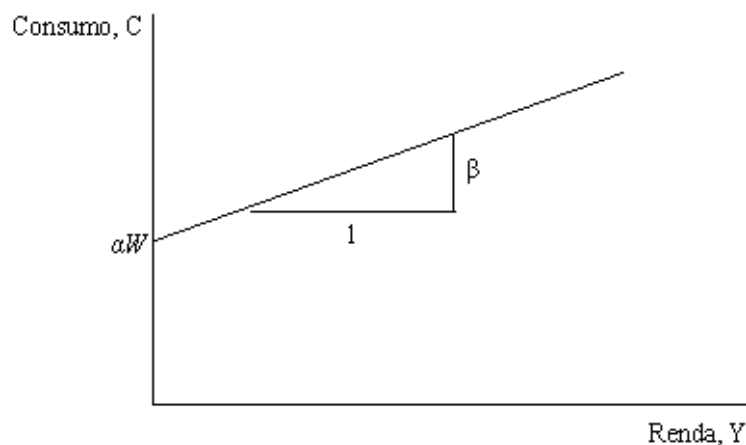


Figura 5 – Função de consumo do ciclo de vida
Fonte: Mankiw (2010)

De acordo com a função consumo do ciclo de vida, a propensão média a consumir é expressa por:

$$C/Y = \alpha(W/Y) + \beta \quad (11)$$

Já que a riqueza não varia proporcionalmente à renda, quando se verifica dados ao longo de curtos períodos de tempo, deve-se constatar que um alto patamar de renda corresponde a uma baixa propensão média a consumir; enquanto em longos períodos de tempo a renda e a riqueza crescem juntas resultando em uma propensão média a consumir constante.

O modelo de ciclo de vida prevê que a poupança varia durante a vida de uma pessoa. Se uma pessoa começa a vida adulta sem qualquer riqueza, ela passará a acumular bens nos

anos de vida economicamente ativa e gastar essa riqueza durante os anos de aposentadoria. Uma vez que as pessoas desejam estabilizar o consumo ao longo de suas vidas, os jovens que estão trabalhando poupam, enquanto os velhos que se aposentam despouparam (MANKIWI, 2010).

Em resumo, a leitura acerca do comportamento humano e consumo oferece a compreensão de que tais questões acompanham o debate econômico em suas primeiras incursões. Muitas vezes a intenção do ato de consumir confunde-se e é interpretada como utilidade ou ainda, ofelividade, termo pouco usual que expressa o valor intrínseco dos bens.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões voltadas ao consumo, na teorização econômica tradicional, possuem inúmeras interpretações que, somadas, permitem à economia contemporânea grandes avanços e incorporação de outros elementos conceituais que permitem maior amplitude para a análise da sociedade em suas escolhas.

Nas discussões clássicas, foi possível observar que tanto “A riqueza das nações” de Smith (1776) quanto “Os princípios de economia” de Marshall (1890) constituem um marco no desenvolvimento das ideias econômicas e representam a transição para a Economia moderna, além de serem pontos de referência para o estudo dos fundamentos da Economia Política.

Pareto (1897), nesse contexto teórico, destacou-se pela publicação de um estudo sobre a distribuição de renda, no qual percebeu que a riqueza não era uniformemente distribuída. Havia grande concentração de renda em uma parcela pequena da população, sendo necessário buscar o equilíbrio econômico através da otimização da utilidade do indivíduo sem interferir na utilidade de outro agente econômico, chegando-se ao que foi considerado na interpretação econômica como Ótimo de Pareto.

Além disso, a leitura de Veblen (1899), precursor da escola Institucionalista, permitiu observar que a distribuição equânime dos bens e da renda deveria ser defendida a partir de reformas democráticas, uma vez que o sistema de preços e as forças de mercado não alocavam os recursos de melhor forma. Rejeitava-se, assim, a ideia de que os sistemas econômicos tendiam ao equilíbrio, já que os desajustes eram inerentes à vida econômica e seriam controlados através da ação governamental.

Segundo a abordagem proposta por Keynes (1983), a “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda” enfatizava a demanda agregada que, no curto prazo, determina o produto. Introduziram-se elementos básicos da macroeconomia como a relação entre o consumo e a renda, e o multiplicador que explicava os choques de demanda nas alterações do produto; a preferência pela demanda por moeda que explica como a política monetária afetaria as taxas de juros e a demanda agregada; bem como a importância das expectativas ao afetar o consumo e o investimento.

Outra contribuição importante, mencionada nesta revisão, refere-se ao trabalho de Fisher (1984), que desenvolveu um modelo que analisava como os consumidores racionais e com preocupações em relação ao futuro realizavam escolhas que envolviam diferentes períodos de tempo, considerando as restrições com as quais os consumidores se deparavam, as suas preferências, e o modo como às escolhas em relação ao consumo e à poupança são determinadas pelas restrições e preferências.

Já o objetivo da Teoria da Dinâmica Econômica de Kalecki, é o de explicar como, nas economias capitalistas, sendo dadas suas condições próprias de produção, a renda nacional e cada um de seus componentes, lucros, salários, consumo e investimento são determinados. A sua grande contribuição é a formulação e aprofundamento do princípio da demanda efetiva para entender como funciona e se desenvolve a economia capitalista.

Considerando na análise proposta, a hipótese do ciclo de vida, Modigliani destacou que a renda varia ao longo da vida das pessoas, e que a poupança permitia que os indivíduos transferissem a renda dos períodos de alta para momentos de baixa. Esses elementos, em conjunto, auxiliavam no entendimento das questões que envolviam o consumo de massa a partir de meados da década de 1950.

Por fim, ainda que muitas das estruturas propostas venham de períodos históricos bastante diferenciados, no que tange às condições relativas à oferta dos bens, as mesmas continuam válidas como fundamento teórico para as questões relacionadas ao consumo no contexto do capitalismo, sendo que seu reexame permite novas abordagens e aproximações para compreender as escolhas dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. CAMPBELL, Colin. O estudo do consumo nas ciências sociais contemporâneas, in: **Cultura, consumo e identidade**. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Tradução Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. – Rio de Janeiro: Jorge Zahas Ed., 1998.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. Tradução Julio Assis Simões. – São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FISHER, Irving. **A teoria do juro: determinada pela impaciência de gastar renda e pela oportunidade de investi-la**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FRANÇA, Lívia Valença da Silva. **O Brasil da Classe Média: Cidadania e Inserção Social através do Consumo**. In: III Encontro Internacional de Ciências Sociais, 2012, Pelotas. III Encontro Internacional de Ciências Sociais - Crise e Emergência de Novas Dinâmicas Sociais. Pelotas - RS, 2012.

KALECKI, Michal. **Teoria da Dinâmica Econômica: Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. Apresentação de Jorge Miglioli; tradução de Paulo de Almeida. – São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1977.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; Inflação e deflação**. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva; tradução de Mário R. da Cruz. – São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução e revisão técnica Teresa Cristina Padilha de Souza. – Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. Tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch; introdução de Ottolmy Strauch. – São Paulo/ Abril Cultural, 1982.

PARETO, Vilfredo. **Manual de Economia Política**. Tradução de João Guilherme Vargas Netto. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SEN, Amartya Kumar. **Sobre ética e economia**. Tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Introdução de Edwin Cannan; apresentação de Winston Fritsh; tradução de Luiz João Baraúna. – 2. ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1983.

VEBLEN, Thorstein Bunde. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. Tradução de Olivia Krähenbühl; apresentação de Maria Hermínia Tavares de Almeida. - São Paulo: Abril Cultural, 1983.